

ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: UM NOVO PERCURSO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Kátia Marcondes dos Santos¹; Maria Angélica Batista²

Estudante do Curso de Pedagogia; e-mail: katpedagogiaumc@bol.com.br¹

Professora da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: maria.a.b@globo.com²

Área do Conhecimento: Educação

Palavras-chaves: ensino fundamental, reestruturação curricular, proposta pedagógica.

INTRODUÇÃO

Em 2005, o MEC tornou obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no ensino fundamental, por meio da Lei nº. 11.114/2005 e, subseqüentemente, a ampliação do referido nível de ensino de oito para nove anos, por meio da Lei nº. 11.274/2006 com o objetivo de assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar e melhores oportunidades de aprendizado. O tema acerca da ampliação do ensino fundamental para nove anos é relevante, uma vez que tal mudança na educação básica implica em inúmeros procedimentos a serem adotados pela escola, os quais ainda permanecem abstratos, fato este que pode acarretar uma implantação desse regime de escolaridade inadequada pela falta de clareza sobre o tema, seus pressupostos e suas finalidades. Deste modo, face à complexidade desta problemática, torna-se imprescindível a produção de conhecimentos acerca desta temática, articulando-a com a realidade escolar, para que seja possível auxiliar os educadores na compreensão da educação básica como um continuum na formação da criança e do adolescente.

OBJETIVO

Esta pesquisa teve por objetivo compreender e analisar os impactos decorrentes da implantação da Lei Federal nº 11.274/2006, que amplia o ensino fundamental para nove anos no sistema de ensino vigente em nosso país e suas implicações na realidade escolar, e analisar criticamente a reestruturação curricular do primeiro ano do ensino fundamental de nove anos de uma escola da rede privada de ensino do município de Mogi das Cruzes/SP.

METODOLOGIA

Em função da necessidade de conhecer o processo de implantação do ensino fundamental de nove anos em uma escola da rede privada de ensino, adotou-se o método de estudo de caso, como uma abordagem da pesquisa qualitativa em educação. Esse método é indicado para estudos em que se trabalha com um caso específico que se considera típico ou ideal para explicar certa situação, permite tratar um problema com maior profundidade e possibilita maior integração de dados, é útil em fase inicial de investigação, buscando ampliar o conhecimento a respeito de certo tema. Nisbett e Watts (apud ANDRÉ, 2005) caracterizam o desenvolvimento do estudo de caso em três fases: exploratória, na qual são realizados os contatos iniciais para a entrada em campo, a localização dos participantes e o estabelecimento dos instrumentos de coleta de dados

e procedimentos a serem utilizados; fase de coleta de dados, na qual há a coleta sistemática dos dados; fase de análise sistemática dos dados, na qual ocorrem a organização de todo o material coletado, leituras, releituras, identificação dos pontos mais relevantes e construção de categorias descritivas. Para a realização desse estudo foram aplicadas entrevistas do tipo semi-estruturada compostas por onze questões discursivas acerca da implantação da escolaridade de nove anos na escola pesquisada, as quais foram concedidas pela coordenadora pedagógica, duas professoras do primeiro ano do regime de nove anos e uma professora da primeira série do regime de oito anos; observações sala de aula, além do estudo dos documentos escolares e material didático específico do primeiro ano da escolaridade de nove anos da instituição pesquisada. A partir dos procedimentos do estudo de caso, foi utilizada como procedimento de análise dos dados coletados nessa abordagem qualitativa de pesquisa em educação, a análise de conteúdo. Segundo Gomes (1994), a análise de conteúdo abrange as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na primeira fase, em geral, há a organização do material a ser analisado. Nesta etapa, de acordo com os objetivos e questões de estudo, define-se principalmente a unidade de registro, a unidade de contexto, trechos significativos e categorias para que façamos a análise do material e, assim, registrarmos impressões sobre a mensagem. Na segunda fase, o momento é de aplicarmos o que foi definido na fase anterior, pois é a fase mais longa, podendo haver a necessidade de fazer várias leituras do mesmo material. Por fim, a última fase, na maioria das vezes, ocorre a partir dos princípios de um tratamento quantitativo. Todavia, como é um material apresentado por procedimentos de análise qualitativa, nesta fase deve-se tentar desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto. Considerando as informações estatísticas, nossa busca deve se voltar para ideologias, tendências e outras determinações características do fenômeno que está sendo analisado. A partir dos procedimentos do método de estudo de caso, os dados obtidos por meio das entrevistas, observações em sala de aula e estudo dos documentos escolares e material didático da instituição escolar pesquisada foram organizados e analisados em três grandes categorias: “A resignificação do papel da escola no regime de nove anos”, na qual foram discutidos aspectos da nova proposta pedagógica da escola pesquisada, ressaltando sua concepção de desenvolvimento e de aprendizagem, sua clareza quanto aos pressupostos e finalidades da ampliação do ensino fundamental para nove anos, além de desvelar como implantação do novo regime está ocorrendo na realidade escolar pesquisada; “A reorganização curricular escolar” na qual evidenciaram-se aspectos do material didático adotado pela escola pesquisada e sua relação com as mudanças necessárias no currículo escolar, além de fazer uma análise comparativa entre a estrutura do regime de oito anos e a estrutura do regime de nove anos existentes na escola, a fim de investigar quais as modificações ocorridas para a implantação do novo regime na escola e a organização dos espaços físicos específicos para o primeiro ano da escolaridade de nove anos e “A prática pedagógica dos professores” que direcionou o foco para a atuação em sala de aula e o planejamento de ensino dos professores da escola pesquisada, relacionando-os ao material didático adotado pela escola. Nesta categoria, enfatizou-se a importância da prática reflexiva do professor diante do novo contexto escolar no qual nos encontramos para que a ampliação do ensino fundamental não seja somente uma mudança curricular, mas também uma mudança na práxis do professor que atua no primeiro ano do novo regime.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados revelaram que a instituição escolar pesquisada possui um conhecimento ainda fragmentado dos pressupostos e finalidades da ampliação do ensino fundamental para

nove anos implicando, assim, a necessidade de melhor apropriação teórico-metodológica da escolaridade de nove anos buscando superar as fragilidades e inadequações que apresenta. A primeira fragilidade refere-se à ressignificação do papel da escola diante desse novo percurso na educação básica: a instituição pesquisada não menciona em sua nova proposta pedagógica elementos que abordam a implantação do regime de nove anos do ensino fundamental e as especificidades do trabalho com crianças de seis anos de idade, além de não haver mudanças no currículo escolar decorrente do acréscimo de mais um ano no ensino fundamental. A escola possui uma concepção de currículo que Coll (1987) denomina como “fechado”, ou seja, uma postura centralizadora na qual o currículo estabelece minuciosamente os objetivos, conteúdos, materiais didáticos e métodos que os professores utilizarão em cada área do conhecimento. Isso pôde ser evidenciado pela adoção do material didático do Sistema Positivo de Ensino, o qual é utilizado por todos os alunos da referida escola, em todos os níveis de ensino atendidos. O material didático específico para o primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, analisado singularmente para a realização desta pesquisa, apresenta alguns dos elementos explicitados por Coll (1987), no que diz respeito aos objetivos, conteúdos e métodos que os professores utilizarão em cada área do conhecimento que integram o currículo “fechado”. A segunda fragilidade apontada refere-se à reorganização curricular escolar: a instituição pesquisada não realizou mudanças substanciais no currículo do primeiro ano da escolaridade de nove anos, sendo neste desenvolvido o mesmo trabalho do último ano da educação infantil. Isso pôde ser evidenciado pelo estudo do material didático específico para o primeiro ano do regime de nove anos, o qual pertence ao Sistema de Ensino Positivo que, em sua essência, possui todas as particularidades do trabalho destinado à educação infantil. Não foi possível encontrar qualquer referência acerca da ampliação do ensino obrigatório e das especificidades do trabalho com a criança de seis anos de idade. O material se refere como embasamento principal de elaboração os conteúdos os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (RCNEIs), porém não expôs em momento algum, qualquer articulação com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documento que norteia os conteúdos do ensino fundamental. Isto pode ser observado claramente no item intitulado “Orientações Didáticas”, no qual o material explicita que a organização dos conteúdos fora baseada nos âmbitos e eixos dos RCNEIs, além de ressaltar que a prática docente também deve estar articulada com esses mesmos âmbitos e eixos. Deste modo, pôde-se considerar que não houve mudança na organização curricular da escola pesquisada, pois o material didático específico para o primeiro ano da escolaridade de nove anos é totalmente direcionado para a educação infantil, não atendendo às orientações do Ministério da Educação que ressalta a importância da articulação entre a educação infantil e o ensino fundamental neste primeiro ano da nova escolaridade, a qual atenderá as crianças de seis anos de idade. A terceira fragilidade apresentada pela escola refere-se à prática pedagógica dos professores: os dados revelaram que na instituição pesquisada a atuação dos professores está condicionada ao material didático adotado pela escola. Como foi visto anteriormente, a escola adota o material didático do Sistema Positivo o qual expõe todas as orientações didáticas para o professor, nas quais são detalhados todos os procedimentos a serem seguidos desde a apresentação do material didático aos alunos à realização das atividades e avaliação. Nesse contexto, podemos reconhecer que não houve preocupação por parte da instituição pesquisada acerca da mudança na práxis do professor, o que nos remete ao pensamento de Macedo (2005) que reconhece que os professores muitas vezes ficam submetidos a um cotidiano que não abre-lhes espaço ou tempo para uma prática reflexiva. Em contrapartida, há profissionais que vivenciam a situação oposta: maximizam a reflexão e minimizam a

ação por meio de um discurso excessivamente teórico e unilateral. Para o autor, essas duas posições são ineficazes e não contribuem para a efetiva prática reflexiva da ação docente. Tal postura assumida pela escola impede a mobilização de sua equipe diante esse novo percurso do ensino fundamental, principalmente em se tratando da reorganização curricular escolar e da nova prática pedagógica dos professores, elementos esses destacados pelo MEC e pela literatura acadêmica.

CONCLUSÃO

A partir dos dados analisados constatou-se que a instituição pesquisada realizou apenas uma mudança na nomenclatura que estabelece a educação infantil e o ensino fundamental, não havendo modificações substanciais com relação ao currículo, à postura dos professores, à metodologia de ensino, ao material didático e aos espaços físicos. Por meio desse estudo pôde-se identificar que a implantação do ensino fundamental de nove anos exige uma reestruturação da escola, um planejamento curricular e novo enfoque de trabalho no primeiro ano do ensino fundamental para que, assim, possa corresponder aos pressupostos e finalidades nos quais foi concebido. A mudança deve girar em torno da concepção de criança e de educação que norteiam as práticas pedagógicas e não executada como uma medida meramente legal, administrativa e burocrática para se ajustar ao sistema de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro, 2005.

COLL, C. **Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar**. 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

KRAMER, S. **Infância e produção cultural**. Campinas: Papyrus, 1998.

LARA, S. M. S. R. **Educação infantil ao ensino fundamental: do lúdico aos saberes escolares – uma passagem expressiva por meio das múltiplas linguagens**. Tese de Doutorado. FEUSP, 2003.

MACEDO, L. de. **Ensaio pedagógicos: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed, 2005.